



Na trilha da agroecologia: as pautas do movimento de mulheres trabalhadoras rurais sem terra do Pará

On the agroecology trail: The agendas of the Rural Women Workers' Movement Without Land in Pará.

MURIEL, Michelle¹; MANESCHY, Rosana²; SIMÕES, Aquiles³

¹ Universidade Federal do Pará/UFPA, muriel.michelle@gmail.com; ² Universidade Federal do Pará/UFPA, romaneschy@ufpa.br; Universidade Federal do Pará/UFPA, aquiles@ufpa.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

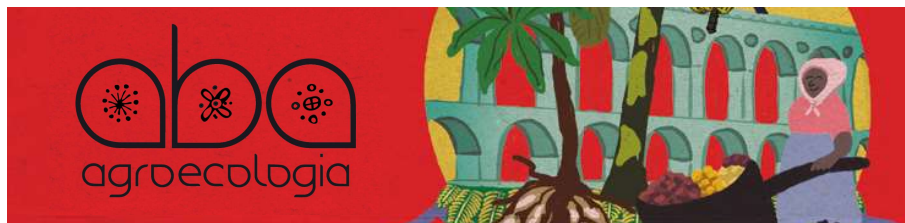
Resumo: O presente trabalho teve como objetivo sistematizar as ações de organização e identificar as pautas das mulheres trabalhadoras rurais, com foco no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de um feminismo camponês popular agroecológico. Para isso foram acompanhadas reuniões do movimento, onde se discutiram questões de conflitos ambientais, violência política e de gênero no campo. A pesquisa revelou a importância desses movimentos para a transição agroecológica, na luta pelos direitos das mulheres rurais, no enfrentamento dos desafios vivenciados em suas comunidades e para a manutenção dos agroecossistemas produtivos.

Palavras-chave: feminismo; gênero; agricultura familiar; Amazônia.

Introdução

A luta por justiça social e igualdade têm sido uma constante na história brasileira, e as organizações de movimentos sociais desempenham um papel fundamental nesse cenário. Em se tratando de Amazônia, região da qual o estado do Pará faz parte, onde a concentração fundiária e as desigualdades sociais são evidentes, compreender a organização das mulheres agricultoras familiares dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fundamental para compreender os desafios enfrentados por elas e as estratégias produtivas adotadas a partir da proposta de reforma agrária popular de base agroecológica e como isso está sendo executado (VILHENA; FERREIRA; 2020).

As agricultoras familiares desempenham um papel fundamental na gestão dos recursos naturais, pois são responsáveis por garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, ao mesmo tempo, em que preservam e conservam os recursos naturais em suas propriedades rurais. (SILIPRANDI, 2015). E propõem a agroecologia como ferramenta de transformação do sistema alimentar, para promover a justiça social, sustentabilidade e soberania alimentar (SILVA; GIORDANI; BEZERRA, 2021).



No Pará os assentamentos do MST vêm passando por processo de transição agroecológica para superar os problemas associados ao monocultivo, como por exemplo de dendê, adotando práticas de produção mais saudáveis e sustentáveis, como o uso de biocontrole e a comercialização em circuitos curtos, que aproximam os produtores dos consumidores (FREITAS, 2016).

As temáticas ambientais e de gênero têm permeado as discussões das trabalhadoras rurais dentro dos movimentos de mulheres, o movimento feminista tem contribuído para ver criticamente o modelo dominante de desenvolvimento capitalista globalizado que é concentrador de poder e de recursos, fomenta desigualdades de toda ordem e destrói o meio ambiente. Compreende-se que um novo modelo de desenvolvimento depende também dos movimentos de mulheres (CASTRO; ABROMOVAY, 2005).

Assim, as mulheres agricultoras familiares têm buscado formas de fortalecer suas vozes e reivindicar seus direitos no contexto agrário. Nesse sentido, a pesquisa se propôs a investigar a organização dessas mulheres, focando especificamente o grupo vinculado ao MST para sistematizar as ações de organização, identificar as pautas das mulheres trabalhadoras rurais e refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de um feminismo camponês popular agroecológico.

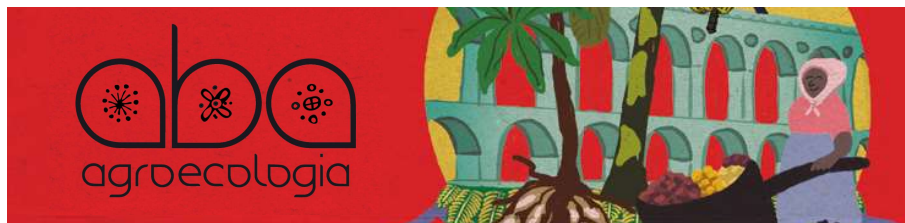
Metodologia

A pesquisa teve abordagem qualitativa (RICHARDSON et al., 2012) e mobilizou-se técnicas de pesquisa documental e bibliográfica para buscar informações sobre a história dos movimentos sociais de mulheres ligadas à defesa do meio ambiente, suas atuações, lutas e conquistas.

Buscou-se acompanhar as reuniões, ações e debates que as mulheres do MST no Pará têm promovido e organizado a partir de visitas de campo e a metodologia utilizada foi fundamentada na observação (RICHARDSON et al., 2012). As visitas às mulheres do MST/Pará ocorreram em três ocasiões: 1) 8 de março de 2022, na ocasião as mulheres se reuniram para discutir a temática “Terra, Trabalho, direito do Existir”; 2) Dezembro de 2022, no espaço do Armazém do Campo (futuro empório do MST que ainda está em construção), ocasião em que as mulheres promoveram a feira da reforma agrária para levantar recursos para terminar a obra do espaço; 3) 5 a 8 de março de 2023 na Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, cujo tema foi “O agronegócio lucra com a fome e violência. Por terra e democracia, mulheres em resistência”.

Resultados e Discussão

Os problemas ambientais não se tratam apenas de questão ecológica, a discriminação e a desigualdade de gênero refletem na relação da mulher com a natureza. A sobrecarga do acúmulo de funções, com as jornadas do trabalho produtivo, reprodutivo e do cuidado, invisibiliza e inferioriza a sua atuação enquanto



trabalhadoras e protagonistas no processo de desenvolvimento local (DI CIOMMO, 2003).

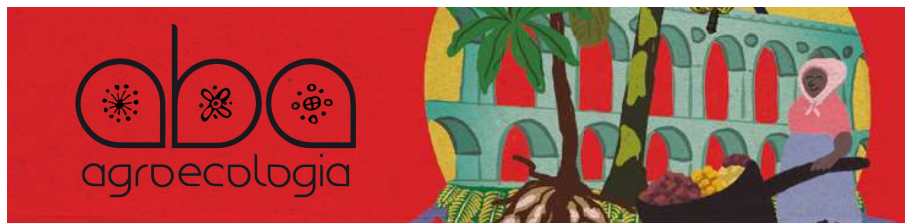
Por esses motivos, as mulheres do campo têm denunciado e enfrentado as desigualdades e violência das relações sociais de gênero, enquanto produzem alimentos e defendem o meio ambiente, o qual é seu meio de produção, que alimenta a família e gera renda (SILIPRANDI, 2015).

No estado do Pará, ao norte do Brasil, as agricultoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se mobilizam, discutem e propõem ações relacionadas as questões sobre agroecologia, discriminação e desigualdade de gênero, política, violência contra mulher, enfrentamento ao agronegócio e aos agrotóxicos, ressaltando a importância de compartilhar a terra para plantar e enfrentar a fome.

Na reunião que ocorreu em 8 de março de 2022 em Belém do Pará, cujo os lemas foram: “Terra, Trabalho, Direito de Existir” e “Mulheres em Luta não vão sucumbir”, destacaram a oposição ao governo federal vigente, convocando as mulheres a participarem de ações coletivas contra despejos durante a pandemia. Discutiram a necessidade de superar os processos de violência através de uma luta coletiva. Lembraram que as mulheres do campo começam a trabalhar desde a infância, desempenhando tarefas domésticas e do cuidado, um trabalho não reconhecido.

Além disso, analisaram as formas de alcançar seus objetivos considerando que há diferenças no tratamento entre homens e mulheres. Nesse sentido, foi dado ênfase na importância do intercâmbio de conhecimentos entre as mulheres, para que se fortaleçam coletivamente. Elas mencionaram que agroecologia é um projeto de vida promissor no contexto rural e é uma forma de enfrentamento aos desafios impostos pelo agronegócio e pelos agrotóxicos.

As mulheres reforçaram que são protagonistas na produção de alimentos, que produzem e resistem na terra. Juntas trabalham para construir a soberania alimentar, cuidar da saúde coletiva, produzindo remédios e preservando o meio ambiente, inclusive através do cultivo de mudas para reflorestamento. Após a assembleia marcharam nas ruas da cidade para reivindicar suas pautas. Nesse sentido, Siliprandi, (2000) explica que as mulheres são portadoras de novos sentidos políticos e propostas e que por isso precisam se ouvidas, ousam desafiar os padrões sociais. Os registros da história mostram o papel mobilizador das mulheres, na diversificação da produção da produção nos sistemas agroextrativistas na Amazônia, nas estratégias no cuidado com a saúde humana e do meio ambiente. (SILIPRANDI, 2015).



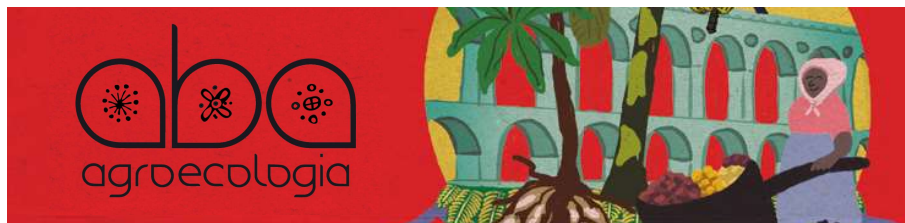
Em outra oportunidade, de 5 a 8 de março de 2023, foi realizada a Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, que mobilizou ações em todo o país. Com o lema "O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e democracia, mulheres em resistência", essa jornada teve lugar na Aldeia Cabana, em Belém - PA, reunindo trabalhadoras rurais de todo o estado que fazem parte do MST. Durante os dias ocorreram rodas de diálogo, marchas, feira da reforma agrária e caminhada até o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para reivindicar que os acampamentos do MST sejam efetivados como assentamentos. Sobre esse aspecto Nogales (2018) destaca a importância das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade reconhecerem as desigualdades que estruturam o sistema sócio-político e econômico do qual a sociedade atual está estabelecida, que é o que a organização dessas mulheres está buscando fazer.

Como forma de socializar informações e conhecimentos, nas mesas de debate, enfatizaram a conexão entre o trabalho de cuidado e doméstico, e a sustentação do capital. Falaram sobre a exploração dos recursos naturais pela empresa Cargill, que impacta o meio ambiente, bem como a vida dos agricultores, em especial mulheres e crianças. Trataram sobre uma situação preocupante que têm percebido: a erosão dos sabores "Estamos deixando de comer nossas comidas", disseram. Destacaram a relação entre racismo e a falta de acesso à terra, bem como a relação do patriarcado no trabalho da mulher. Concluíram que há necessidade de estabelecer novas relações de gênero.

Para Silva, Giordani e Bezerra (2021) o modelo econômico de produção vigente, parte de uma visão capitalista, androcêntrica e antropocêntrica, configura-se como um sistema de dominação, que inclui raça, gênero, classe social, dominação da natureza, e que estão interligados em "um nível conceitual e material dentro das relações hierárquicas (mulher/homem, seres humanos/natureza, razão/emoção, privado/público, corpo/mente) dominação estabelecida entre os seres humanos e entre os seres humanos e a natureza", portanto, é necessário conectar os debates sobre as opressões, como as mulheres camponesas estão salientando.

O Feminismo Camponês Popular foi apresentado por elas como um movimento feminista diretamente ligado à terra, representando uma luta coletiva. Destacaram que a luta feminista é fundamental para a conquista da reforma agrária popular, uma vez que não basta apenas produzir alimentos livres de veneno, mas também é necessário promover relações saudáveis com a natureza e com a sociedade como um todo. E que isso é princípio da Agroecologia.

No último dia da jornada, no dia 08 de março de 2023, o movimento de mulheres saiu em marcha pela cidade até a Assembleia Legislativa do Estado do Pará –



ALEPA, foram para uma audiência agendada com as mulheres parlamentares do Pará para entregar documentos e um projeto de lei visando à proteção e defesa de direitos das mulheres, infelizmente, antes da reunião uma situação lamentável ocorreu. As mulheres e crianças foram recebidas com spray de pimenta. Após o ocorrido, a comissão organizada foi recebida pelo presidente da Assembleia Legislativa e outros parlamentares. Nesse encontro, a pauta do 8 de março foi entregue, que incluía um projeto de lei contra a pulverização de veneno nas comunidades rurais e contra a violência obstétrica.

Essa ação violenta evidencia a necessidade urgente de proteção e defesa dos direitos das mulheres, assim como a importância de se combater práticas que coloquem em risco a saúde e o bem-estar das comunidades rurais. A entrega da pauta do 8 de março representa uma tentativa de promover mudanças efetivas na legislação e garantir a segurança e a dignidade das mulheres no campo. É fundamental que essas demandas sejam ouvidas e tratadas com a seriedade que merecem, a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

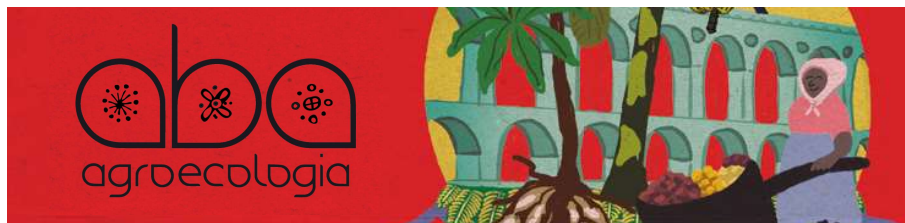
A frase bastante utilizada no movimento da agroecologia “sem feminismo não há agroecologia” demarca o espaço de luta por direitos sociais, políticos e econômicos para mulheres, como nas Marchas das Margaridas, chamando atenção para a desigualdade de gênero, raça e classe, que atingem as mulheres do campo, com intuito de superar as opressões, as relações hierárquicas de poder e os impactos ambientais que ameaçam suas existências.

Conclusões

As mulheres do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra – MST/PA se organizam identificando as dificuldades que enfrentam coletivamente, mobilizando encontros para discutirem as vivências e criarem estratégias que superem os desafios. Assim, buscam construir diálogo com o poder público e sociedade civil para que suas pautas sejam atendidas.

Identificou-se que as pautas prioritárias são: o combate à violência de gênero, vividas dentro e fora de seus territórios, efetivação dos acampamentos em assentamentos, enfrentamento aos impactos causados pelo agronegócio, combate ao uso de agrotóxicos, acesso à saúde pública e de qualidade, combate ao racismo e combate à fome.

É fundamental que o poder público construa políticas públicas que considerem as demandas das mulheres rurais, como o escoamento da produção, acesso aos serviços de saúde de qualidade, que ocorra efetivação das legislações ambientais, fundiárias e de combate à discriminação de gênero e raça e que as vítimas dessas violências sejam amparadas de acordo com o contexto que vivem.



Referências bibliográficas

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília, UNESCO, 2005. 144 p

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 423-443, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2003000200005>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FREITAS, G. Comercialização dos produtos da agricultura familiar do projeto de assentamento abril vermelho em santa barbara – pa. **Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 6, 4 set. 2017.

NOGALES, H. K. Colonialidad de la naturaleza y de la mujer frente a un planeta que se agota. **Political Ecology**, v. 54, dez. 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/wp-content/uploads/2018/12/54.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RICHARDSON, R. J.; *et al* **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: Contribuições e Limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Brasil: Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, A. C. G. F. da S. F.; GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA, I. Elos entre ecofeminismo, agroecologia e soberania alimentar. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, p. 113-132, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v17i33.2926>. Acesso em: 10 jul. 2023.

VILHENA, L. F. N.; FERREIRA, L. A. Reforma Agrária Popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 2, p. 205-230, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i2.410>. Acesso em: 10 jul. 2023.